

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 10 de julho de 2024 às 08h00
Seleção de Notícias

Folha de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

Votação de projeto de IA é adiada no Senado pela quinta vez, após pressão de indústrias	3
MERCADO	

Correio Braziliense - Online | BR

09 de julho de 2024 | Marco regulatório | INPI

Concurso Inpi: Ministério da Gestão autoriza nomeação dos aprovados	5
---	---

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

Nomes autorais e regravações: Trilhas de novelas mudam na era do streaming	6
ENTRETENIMENTO	

Migalhas | BR

09 de julho de 2024 | Marco regulatório | INPI

Propriedade intelectual e crianças inventoras: Lições Turma da Mônica	8
CARLOS MAURÍCIO ARDISSONE	

Votação de projeto de IA é adiada no Senado pela quinta vez, após pressão de indústrias

MERCADO

Votação de projeto de IA é adiada no Senado pela quinta vez, após pressão de indústrias

TEC

Patrícia Campos Mello

são paulo Após pressão da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a votação do projeto de lei 2338/2023, que regulamenta o uso da inteligência artificial no país, foi adiada pela quinta vez na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial (CTIA) no Senado.

A CNI apresentou uma nota técnica de 18 páginas contra o projeto, afirmando que o texto "resulta em um modelo regulatório com amplitude e rigor sem precedente, o que coloca o país sob o risco de sofrer um isolamento tecnológico com impacto negativo sobre a sociedade como um todo e sobre a competitividade das atividades econômicas".

A CNI também encampa a oposição das big techs à cobrança de **direitos** autorais sobre dados e conteúdo usados para treinar modelos de IA.

Uma das considerações da indústria, segundo apurou a Folha, é a ameaça de algumas big techs de não instalarem data centers no Brasil caso a legislação seja aprovada na versão atual. As empresas vêm afirmando que o país seria um lugar ideal para instalar data centers, que têm alto consumo energético - e o Brasil é grande produtor de energia limpa.

Segundo um representante das big techs, caso haja regras mais restritivas, o Brasil pode perder a vantagem competitiva e deixar de atrair data centers, que oferecem capacidade de processamento essencial para o avanço da IA.

Na visão da indústria e das big techs, são necessárias mais discussões sobre o assunto e, enquanto não se chega a um consenso, as agências reguladoras já existentes devem fazer a regulação do uso de IA em cada setor.

"A CNI representa, de certa forma, o setor de tecnologia, e eles trazem aqui (na nota técnica), com razão, a dificuldade (para inovação) que estamos criando com esse projeto, por mais que ele tenha sido aperfeiçoado", disse o se

Vimos uma aliança inexplicável da indústria nacional aos interesses das grandes empresas de tecnologia para barrar um projeto que trará avanços ao país

Bia Barbosa do CGI (Comitê Gestor da **Internet**) Izalei Lucas (PL-DF). O senador Eduardo Gomes (PU-TO), relator do projeto, havia aceitado a maioria das mudanças no texto pedidas pela CNL

Segundo o relator, o projeto, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), está em discussão há mais de dois anos e passou por 4 audiências públicas, um seminário internacional e 103 manifestações de especialistas.

Nos últimos dias, com o anúncio de que seria votado, o projeto passou a ser atacado nas redes sociais pela bancada bolsonarista, principalmente pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que acusava a lei de representar "censura" da mesma maneira que os PLs das Fake News e do streaming.

O texto recebeu uma enxurrada de emendas de última hora dos senadores Marcos Ponte (PUSP), Marcos Rogério (PU-RO) - que foi autor do pedido de adiamento da votação - ,

Continuação: Votação de projeto de IA é adiada no Senado pela quinta vez, após pressão de indústrias

Carlos Portinho (PL-RJ), Izalei Lucas e Laereio Oliveira (PESE), alinhados às plataformas.

Marcos Pontes é vice-presidente da Frente Parlamentar Brasil Competitivo, que organizou seminário sobre transformação digital e IA, com patrocínio da Microsoft e do Google.

As principais críticas referem-se ao pagamento de **direitos** autorais por conteúdo usado para treinar modelos de IA, a classificação de sistemas de recomendação como de "alto risco", o que exigirá que passem por auditorias para medir impacto potencial, e o estabelecimento de obrigações de transparência.

As big techs defendem o PL 21/2020 da Câmara, relatado pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR), que libera o uso de dados públicos para treinamento de modelos de IA.

Com o adiamento, há poucas chances de votar o projeto antes da eleição municipal, que ocorre em outubro, segundo pessoas envolvidas no processo. A Coalizão Direitos na Rede, que reúne entidades da sociedade civil e defende a lei, criticou o adiamento da votação.

Concurso Inpi: Ministério da Gestão autoriza nomeação dos aprovados



A seleção organizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) ofereceu 120 vagas para qualquer área de formação em nível superior. O certame contou com provas objetivas (de caráter eliminatório e classificatório) e avaliação de títulos (classificatória).

Ao todo, serão nomeados 120 aprovados no concurso realizado em 2023. O valor da remuneração dos novos servidores chega a R\$ 11 mil

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos () autorizou a de 120 aprovadas no concurso público para provimento de cargos no quadro de pessoal do Instituto Nacional da **Propriedade Industrial (Inpi)**. A portaria foi publicada nesta terça-feira (9/7).

De acordo com o documento, o provimento será distribuído para os cargos de analista de planejamento, gestão e infraestrutura em propriedade industrial (40 vagas), pesquisador em propriedade industrial (40 vagas) e tecnologista em propriedade industrial (40 vagas).

O valor da remuneração total somada ao auxílio alimentação é de R\$ 9.144,01 para os cargos de analista e tecnologista e de R\$ 11.205,93 para o posto de pesquisador em propriedade industrial.

Nomes autorais e regravações: Trilhas de novelas mudam na era do streaming

ENTRETENIMENTO



A era de ouro das trilhas sonoras de novela foi marcada por artistas que sonhavam em emplacar um hit e até mesmo produziam músicas exclusivamente para o folhetim, e pelo público que esgotava os vinis nas prateleiras das lojas. No auge, as gravadoras enviavam os novos sucessos para que a curadoria das telenovelas decidisse o que entrava, livre de pagamento de **direitos** autorais.

Hoje, há poucas gravadoras no mercado e o streaming se tornou a plataforma de disposição das músicas. Nesta era, coisas até então incomuns têm ocorrido. Um bom exemplo são artistas autorais como Almério e Martins, presentes na trilha da novela "Renascer", das 21 horas. Já no folhetim das 18 horas, "No Rancho Fundo", das 17 faixas que compõem a trilha, dez são de artistas nordestinos, muitos dos quais autorais.

Especialistas que acompanham a cena musical notam que, mesmo com a presença desses artistas, as trilhas ainda apostam na regravação de clássicos, em vez de trazer produções novas. O jornalista José Teles, que cobriu música por mais de 30 anos em Pernambuco, explica que por muitos anos, as gravadoras produziam música por encomenda para as trilhas de novelas.

Era comum o pagamento de jabá, [quantia em dinheiro] para que a música de uma determinada gravadora entrasse na trilha. Além disso, alguns artistas ofereciam as suas músicas livre do pagamento de

direitos autorais, só para virar sucesso. José Teles, jornalista especializado em música

Para Teles, a composição da trilha de "No Rancho Fundo" chama atenção por trazer nomes autorais como Flávio José, Natacha Falcão, Juliana Linhares, levando em conta que no Sudeste, ainda é comum "as pessoas conhecerem artistas nordestinos autorais, [só] quando nomes como Elba Ramalho ou Fagner gravam suas canções", observa.

Estar na trilha sonora de um folhetim global das 21 horas, porém, não tem mais o mesmo impacto que tinha há três décadas atrás. Gustavo Alonso, doutor em História, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e autor do livro 'Cowboys do Asfalto: Música Sertaneja e Modernização Brasileira', acredita que as novelas não são mais a mídia que lança hits.

De uns 15 anos para cá a Globo desistiu completamente de fazer de sua trilha sonora uma plataforma de lançamentos. Eram sucessos inéditos que ouvíamos nas novelas... não é mais assim... já há bastante tempo é só repeteco. Gustavo Alonso, professor da UFPE e autor

O professor, que analisou a trilha de "No Rancho Fundo", observa que muitas das canções são regravações. "Nessa trilha, há uma repetição do que a Globo vem fazendo. De todas as músicas da trilha, apenas três me parecem ser dos últimos anos. São elas 'Melaço', com Lucy Alves, que é de 2024, e 'Piloto', de João Gomes, que é de 2023. Vento', cantada por Gil e Feyjão, também é nova", analisa.

Faixas marcantesO uso das trilhas sonoras de novela começou com a gravadora Rozenblit, empresa fundada em Recife com filial no Rio de Janeiro, que tinha João Araújo como funcionário. Ao fundar a

Continuação: Nomes autorais e regravações: Trilhas de novelas mudam na era do streaming

gravadora Som Livre, João Araújo levou a ideia das trilhas sonoras para as novelas globais. "Houve um tempo em que a Som Livre, que pertencia à Rede Globo, detinha 40% do mercado fonográfico e emplacava diversas trilhas nas próprias novelas globais", relembra Teles.

Algumas canções só deslancharam após serem veiculadas em trilhas de novela. É o caso da música "Pavão Misterioso", de Ednardo, lançada em 1974 e ignorada pelo público, mas que ao tornar-se a música de abertura da novela "Saramandaia", dois anos mais tarde, em 1976, fez sucesso. Algumas trilhas foram compostas exclusivamente para os folhetins e outras eram frutos das composições dos especialistas em trilhas.

O compositor pernambucano Dudu Falcão, radicado há anos no Rio de Janeiro, é um desses especialistas. Autor de mais de 60 trilhas de novelas, muitas das quais produzidas em parceria com o cantor Lenine, ele conta a Splash que a sua história com as telenovelas começou ao emplacar três canções produzidas em parceria com Danilo Caymmi para a série "Riacho Doce".

As canções são: "O Bem e o Mal", interpretada pelo próprio Danilo, "O Que É o Amor", interpretada pela saudosa Selma Reis, e "O Sonho se Perdeu", interpretada por Milton Guedes. Para Falcão, o glamour das capas bem elaboradas, dos encartes com as letras, a arte gráfica, e todos os créditos para músicos, autores e produtores musicais das trilhas de novela se perdeu na era do streaming.

O compositor também afirma que, agora, o pagamento dos **direitos** autorais ficou comprometido e

há pouca transparência por parte das plataformas. "Para cada 100% de uma execução no streaming, as gravadoras ficam com 58%, as plataformas com 30%, as editoras com 9%, e o autor recebe apenas 3%, isso quando recebe. É um absurdo. O ambiente digital ainda é muito nublado", reclama.

O compositor Dudu Falcão Imagem: Thomas Bacaro/Divulgação Dudu também enfatiza falhas no processo de pagamento de **direitos** autorais em casos de regravações, algo que tem ganhado bastante espaço no mercado do streaming. Ele explica que atualmente "a montagem vem dominando o mercado de streaming, utilizando obras conhecidas." Falcão relata que muitas das obras originais "são desconfiguradas sem autorização ou conhecimento dos autores originais."

Em outros casos, prossegue o compositor, há intérpretes que são surpreendidos com montagens que utilizam vozes das gravações originais", complementa. "O ambiente digital precisa ser regulado com urgência, o descaso com o direito já foi longe demais", arremata.

O historiador Gustavo Alonso acredita que, mesmo com a redução da audiência das telenovelas por causa das séries e outros conteúdos do streaming, ainda haveria espaço para trazer músicas atuais e formar o gosto do público. Nos anos 70 e 80, décadas que foram marcos na história das trilhas de novela, "a inovação era justamente abordar as músicas contemporâneas". Porém, hoje, analisa Alonso, "há uma romantização grande do passado que emperra o presente", observa.

Propriedade intelectual e crianças inventoras: Lições Turma da Mônica



A **propriedade** intelectual abrange direitos industriais, autorais e sui generis, fundamentais para inovação e desenvolvimento, mas ainda pouco compreendida e ensinada no Brasil.

Propriedade intelectual e crianças inventoras: Lições do personagem Franjinha, da Turma da Mônica Carlos Mauricio Ardisson A **propriedade** intelectual abrange direitos industriais, autorais e sui generis, fundamentais para inovação e desenvolvimento, mas ainda pouco compreendida e ensinada no Brasil. terça-feira, 9 de julho de 2024 Atualizado às 08:06 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Os direitos de propriedade intelectual são formados pelos direitos da propriedade industrial (notadamente as marcas, as **patentes** e os desenhos industriais), juntamente com os direitos advindos da propriedade literária, científica e artística (os direitos de autor e conexos) e os chamados direitos "sui generis" como os que incidem sobre o patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados.

Apesar da presença constante da **propriedade** in-abpi.empauta.com

telectual em nossas vidas, a compreensão sobre o que ela é e a sua importância para o estímulo à pesquisa e à inovação e a proteção da tecnologia, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e científico do país, segue muito longe do ideal. A **propriedade** intelectual soa para a maioria dos brasileiros como algo hermético e misterioso. Mesmo entre os profissionais do Direito, ainda são poucos os que têm oportunidade de acesso a um estudo mais aprofundado da **propriedade** intelectual, em seus cursos de graduação.

Esse ambiente de desconhecimento que se observa entre jovens e adultos nas graduações de Direito e outras não encontra melhor guarida quando passamos à realidade dos ensinos fundamental e médio. Poucas são as iniciativas educacionais no Brasil que estimulam a criatividade das crianças e, mais raras ainda, as que possibilitam que crianças e jovens gerem conhecimento com valor econômico e criem inventos passíveis de proteção por **propriedade** intelectual.

No ambiente internacional, a figura das "crianças inventoras" tem se tornado cada vez mais comum. Um exemplo interessante vem de Dominic Wilcox, artista do Reino Unido e criador do projeto IN-VENTORS (INVENTORS, 2023). Após a realização de dezenove workshops para mais de quatrocentos e cinquenta crianças, de quatro a doze anos, de sua cidade natal, Sunderland, e imediações, o artista pediu a todas que pensassem na criação de invenções que pudessem resolver problemas práticos do cotidiano. Dominic reuniu cerca de seiscentos desenhos produzidos e, destes, selecionou alguns e os levou em seguida aos fabricantes locais. Após conversar com as crianças inventoras, os fabricantes tiveram cerca de um mês para produzir as invenções que, depois, foram apresentadas em uma exposição. Entre elas, pode-se mencionar a de um menino chamado Henry, de doze anos, que inventou

Continuação: Propriedade intelectual e crianças inventoras: Lições Turma da Mônica

uma escova de dentes com pasta acoplada, que permite que, com o acionar de um botão na base do cabo, a pasta seja levada à escova. Outra invenção interessante foi a de Layla, uma menina de 11 anos, que criou um abajur com persianas que controlam a luminosidade.

Nos últimos anos, o **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial lançou uma iniciativa importante e pioneira com vistas a fomentar o conhecimento sobre a propriedade intelectual entre docentes e discentes dos ensinos fundamental e médio no Brasil. Trata-se do "Programa PI nas Escolas", organizado pelo instituto com o apoio de uma rede de voluntários na condição de mentores, apoiadores e parceiros institucionais, direcionados a levar a propriedade intelectual ao público infanto-juvenil (**INPI**, 2024). No portal do programa, merecem destaque as "Pílulas de PI" com material destinado a auxiliar os profissionais da educação na aplicação da propriedade intelectual em sala de aula (**INPI**, 2024b).

Os quadrinhos são um desses tantos recursos didáticos que podem ser utilizados em sala de aula para estimular crianças e adolescentes a descobrirem o mundo da propriedade intelectual. De fato, hoje é praticamente pacífico entre estudiosos das teorias de comunicação que os quadrinhos podem trazer benefícios pedagógicos ao serem utilizados como instrumentos de apoio ao tratamento de temas escolares, de forma lúdica. Há vários motivos para a utilização dos quadrinhos como meios auxiliares do ensino: contribuem para o desenvolvimento do hábito de leitura; se valem da interligação de imagem e texto para auxiliar na compreensão de mensagens; e, promovem o caráter universal da humanidade, já que muitas de suas histórias que são veiculadas em todo mundo. Finalmente, há ainda o fato de poderem ser utilizados em diferentes níveis escolares (VERGUEIRO, 2016, pp. 18-25).

Entre os quadrinhos brasileiros que podem propiciar uma primeira (e fundamental) aproximação lúdica

com o tema da propriedade intelectual, merecem destaque as histórias com Franjinha, criado por Maurício de Souza, em 1959. Junto com seu cachorro, Bidu, é o primeiro personagem criado entre aqueles que integram a famosa "Turma da Mônica", que cativa brasileiros há muitas gerações. Franjinha é um "menino-prodígio", cientista e inventor. Suas invenções por vezes não dão certo ou a turma se atrapalha ao utilizá-las, mas isso não importa já que são justamente esses equívocos e trapalhadas que garantem a diversão para as crianças leitoras.

Das histórias com Franjinha, vale sublinhar "Dinossauros à Solta"². Nela, somos apresentados ao senhor "Emílio Nário" (um trocadilho jocoso), um suposto mecenas que, em uma reunião na Escola do Limoeiro com Dona Elza (mãe de Franjinha) e a professora Bia, faz uma oferta de bolsa de pesquisa ao menino, pedindo em troca suas **patentes** de invenções. Aqui, descobrimos que Franjinha, além de uma criança-inventora, é titular de **patentes**.

A mãe de Franjinha revela-se reticente e desconfiada com a proposta e diz que precisa discuti-la com o marido que trabalha em um escritório de **patentes**. Temos aqui mais uma revelação: o emprego do pai que pode ter tido influência decisiva para o amor do menino pela ciência e pelas invenções.

Mais tarde, no jantar da família, a mãe de Franjinha expressa não ter confiado na honestidade da proposta. O pai endossa a opinião da esposa e afirma ao inconsolável filho (que estava animado com a possível bolsa de pesquisa) que, na certa, o que Emílio queria era se apossar de suas invenções. Simultaneamente, Emílio (já com os trajes do vilão "Homem do Tempo") invade o quintal da casa da família e, com a ajuda de um comparsa, ingressa no laboratório de Franjinha para roubar uma de suas criações: sua máquina do tempo.

No dia seguinte, a cidade é surpreendida por uma invasão de dinossauros. Franjinha então vai ao laboratório e descobre, na companhia de Mônica e

Continuação: Propriedade intelectual e crianças inventoras: Lições Turma da Mônica

Jeremias, que sua máquina do tempo foi roubada. É quando surge o comparsa arrependido que revela o que o vilão pretendia fazer com a máquina: ganhar dinheiro ao viajar no tempo para conhecer as criações do futuro e, depois, "inventá-las" no tempo presente. O plano começa a dar errado quando o comparsa, ao tentar trazer seu chefe de volta, percebe que a máquina acabou trazendo para o presente os dinossauros, deixando desconhecido o paradeiro daquele. Franjinha e seus amigos conseguem resolver a situação e mandar os animais pré-históricos de volta. Por fim, descobrimos o destino do "Homem do Tempo": ficou preso na Idade das Cavernas, lamentando que tudo disponível ali já fora inventado.

Nessa rica e original história protagonizada por Franjinha, a importância de proteger invenções por **patentes** e não deixar que outros se apossassem indevidamente delas surge como uma mensagem passível de ser transmitida em sala de aula para crianças. É preciso incentivar práticas educacionais que, cada vez mais, utilizem histórias como essa para disseminar nas escolas, de forma lúdica e didática, o conhecimento sobre a propriedade intelectual.

1 Criado em 1970, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que "tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial", nos termos do art. 2º da Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970. Entre os serviços prestados pelo Instituto, estão os registros de marcas, desenhos industriais, **indicações** geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados, as concessões de **patentes** e as averbações

de contratos de franquia e das distintas modalidades de **transferência** de tecnologia (**INPI**, 2024c).

2 Turma da Mônica nº 11 (356), Panini Brasil Ltda, janeiro de 2022.

INPI, 2024. Portal do Programa PI nas Escolas. Disponível em Programa PI nas Escolas - Instituto Nacional da Propriedade Industrial (www.gov.br). Acesso em 01/07/2024.

INPI, 2024b. Painel Interativo do Sistema de Propriedade Intelectual. Disponível em Pílulas de PI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial (www.gov.br). Acesso em 01/07/2024.

INPI, 2024c. Identidade Institucional. Disponível em Identidade Institucional - Instituto Nacional da Propriedade Industrial (www.gov.br). Acesso em 01/07/2024.

INVENTORS. Disponível em: Kids inventions made real by local makers. | INVENTORS! Project (inventionsproject.co.uk). Acesso em 01/07/2024.

TURMA DA MÔNICA, nº 11 (346). Dinossauros à Solta. Barueri: Panini Brasil Ltda, 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. "Uso das HQs no Ensino", in: Como usar as Histórias em Quadrinhos nas Salas de Aula. 4ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo; Contexto, 2016.

Carlos Mauricio Ardisson Doutor e Mestre em Relações Internacionais. Especialista em Regulação de Serviços Públicos pela FGV-RJ. Advogado formado pela UFRJ. Coordenador-Técnico no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 6

Marco regulatório | INPI

5, 8

Propriedade Industrial

5

Propriedade Intelectual

8

Denominação de Origem

8

Inovação

8

Patentes

8